

Revisão constitucional e modernização do Estado

Tirar o poder de decisão de Brasília é essencial para melhorar fiscalização e aplicação de recursos

JOSÉ FOGAÇA

Meus principais pontos de atuação serão nos campos da revisão constitucional e da modernização do Estado. Esse é o meu compromisso de campanha. Minha proposta é tirar poder de Brasília. Quanto mais concentração de poder em Brasília mais corrupção, quanto menos, melhor. Hoje decidimos coisas absurdas, como a construção de creches, escolas, pontes e estradinhas de cinco quilômetros, em municípios que estão a quatro mil quilômetros de distância, sobre os quais não temos a menor condição de controle. Não sabemos se as obras são necessárias ou não e muito menos podemos fiscalizar a aplicação de recursos.

Essa concentração de poder em Brasília é a alma da corrupção. A descentralização é fundamental. Os Estados e municípios sabem melhor onde devem aplicar recursos do que as mais privilegiadas cabeças de Brasília. O Senado tem que cuidar das grandes linhas de desenvolvimento.

Defenderei também a reforma tributária e a reforma administrativa, para tornar o Brasil uma verdadeira Federação. Isso é uma tarefa para os próximos dois ou três anos, uma tarefa de médio prazo. Logo de saída, teremos que examinar a Lei das Concessões de Serviços Públicos. Logo que a lei chegou ao Senado, era favorável à aprovação, sem mudanças, já que depois que ela é aprovada pela Câmara não admite mais emendas. Essa lei abre a parceria para os capi-

tais privados. Na legislatura passada, essa lei encontrou forte rejeição dos lobbies estaduais, principalmente por parte das concessionárias de energia elétrica. A lei que está no Senado radicaliza demais. Abre concorrência para todas as concessões em cinco anos.

As estatais de energia elétrica, no estado em que se encontram hoje, não têm condições de competir com a produtividade e a qualidade das empresas privadas. Hoje, estou mais convencido que é preciso uma negociação para que esse projeto de lei seja flexibilizado, para que se procure alternativas menos radicais. Caso contrário temo pela sobrevivência das estatais.

No ponto da reforma política, temos que lutar para estabelecer no País um sistema eleitoral mais compatível e moderno. Uma lei orgânica mais ampla e organizada. Temos que examinar a possibilidade

de adotar o voto distrital misto, para dotar o Congresso de representação mais justa.

O próximo Senado vai ser mais complicado politicamente, em função das estrelas que vão lá colidir. Teremos ex-governadores de pontos de vista muito fortes e outras personalidades igualmente marcantes, como Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Jáder Barbalho e Pedro Simon, que é meu candidato a presidente da casa. Já lancei seu nome e ele já recusou, como é seu hábito. Mas imagino que o cargo vai ser bastante disputado. Eles vão disputar o espaço político. Além disso, o Senado será também mais heterogêneo,

com uma bancada petista mais forte e talvez seja palco de disputas mais acirradas.

O Senado teve um papel importante na última legislatura e deve manter essa posição na próxima. Garantiu o acordo da dívida externa, embora isso tenha sido pouco divulgado. O Brasil é hoje um País reabilitado junto ao mercado financeiro internacional, em boa parte, em função da seriedade com que o Congresso tratou a questão. Além disso, o Senado organizou a rolagem da dívida dos Estados, que era um problema seriíssimo. Os Estados deviam e não pagavam. Hoje escalonaram suas dívidas e estão pagando o que devem.

Embora cumpra o papel de revisor da Câmara, reconheço que o Senado aceitou seu jogo de pressão. Isso vamos procurar mudar. O Senado tem seu próprio ritmo. Precisa tempo para examinar os

POR UMA LEGISLAÇÃO ELEITORAL PERMANENTE

projetos. A lei eleitoral, por exemplo, foi votada em 12 horas pelo Senado, por causa do curtíssimo prazo que nos foi entregue pela Câmara. Senão, o País não teria lei eleitoral.

Temos que criar uma legislação eleitoral mais permanente e não circunstancial. O problema do espaço nos meios de comunicação, por exemplo, foi extremamente injusto no Rio Grande do Sul. Um candidato a vereador do Prona, para citar uma distorção apenas, tinha mais espaço do que eu como senador do maior partido do Congresso.

■ José Fogaça, senador pelo PMDB-RS, foi reeleito